

Democracia ou revolução?

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 30.01.11

***Uma sociedade não se torna uma
democracia estável sem antes
fazer sua revolução nacional***

NESTE COMEÇO de ano, o mundo voltou sua atenção para a Tunísia, onde, pela primeira vez na história do mundo árabe, um governo ditatorial foi derrubado por uma rebelião popular.

Não sabemos o que resultará dessa manifestação do povo, mas os analistas de todas as tendências desejam que seja a democracia. Não compartilho dessa opinião bem comportada.

É claro que desejo que a Tunísia se torne uma nação próspera e democrática, mas para seu povo será mais estratégico garantir as liberdades civis ou o Estado de direito e realizar a sua revolução nacional e capitalista.

Só depois disso poderá se tornar uma democracia consolidada que, adicionalmente ao Estado de direito, garanta o sufrágio universal e a alternância de partidos políticos no poder (requisitos mínimos da democracia).

Não preciso argumentar a favor do Estado de direito. Mas por que atribuo também prioridade à revolução nacional e capitalista? Porque só a partir do momento em que uma sociedade se torna uma verdadeira nação, realiza sua revolução industrial, e, assim, completa sua transformação em uma sociedade moderna, tem ela condições de se tornar uma democracia consolidada.

Pretender inverter a ordem é quase impossível. Não conheço país que tenha se tornado uma democracia estável sem antes fazer sua revolução nacional, e só conheço um país -a Índia- que completou sua revolução capitalista industrializando-se no quadro de um regime democrático, mas esse país já havia realizado antes sua revolução nacional.

O ditador da Tunísia, Zine el-Abidine Ben Ali, estava no poder há 23 anos com pleno apoio da França e dos EUA. Um apoio firme que permitia aos analistas de direita apresentar a Tunísia como um exemplo para os demais países árabes do Oriente Médio.

Era "exemplar" como o foram, nos anos 1990, os governos igualmente "aliados" de Carlos Menem na Argentina e de Bóris Yeltsin na Rússia.

Com base em um regime dessa natureza, semicolonial, não havia possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento econômico, do surgimento de uma grande classe de empresários, de uma classe média profissional competente, e de uma classe operária bem organizada.

Só havia espaço para a mais deslavada corrupção em benefício da família da mulher e dos amigos do governante, além, naturalmente, de um ambiente "acolhedor" para os interesses dos países ricos.

A tragédia dos países pobres é que não há um caminho seguro para eles. Os regimes autoritários que geralmente os governam não representam garantia que a revolução capitalista ocorra.

Para isso é necessário, adicionalmente, que sejam nacionalistas -que entendam que é seu dever defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais- enfrentando, sempre que necessário, os interesses multinacionais. É isto que fazem os governos dos países ricos e dos países de renda média (como o Brasil) para competir internacionalmente.

Mas não basta isso. É preciso que o nacionalismo seja competente, promova a revolução capitalista, e assim abra espaço para uma democracia consolidada. Que neste caso não é um meio. É o objetivo a ser alcançado.